

ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO CARIOCA A PARTIR DO ALMANAK LAEMMERT (1902-1906)

Vinicius Volcof Antunes¹

RESUMO

O presente artigo apresenta um esforço interdisciplinar, onde conceituações teóricas advindas da sociologia ajudarão a capturar alguns dos processos de modernização da cidade do Rio de Janeiro pela análise das páginas do *Almanak Laemmert*, um dos mais antigos e relevantes almanaques comerciais do Brasil. Trata-se de apurar processos de mudança na sociedade carioca durante o período das reformas urbanas da Primeira República, entre os anos de 1902 e 1906, a partir de seus aspectos observáveis em uma fonte histórica. Diante da variedade de material oferecida pelo documento, foram selecionadas seções do periódico que destacam a presença de produtos e serviços estrangeiros no país, onde o emprego de termos em outros idiomas e a reprodução de usanças estrangeiras revelam a tentativa de reproduzir um comportamento tido como civilizado e moderno, associado à Europa, que moldou a mentalidade desse período.

Palavras-chave: Sociologia, História, Ciências Sociais, periódicos, modernização, desenvolvimento, Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

“Somente pela análise histórica pode-se saber de que o homem é formado, pois foi somente no decorrer da história que ele se formou.”

Émile Durkheim

Enquanto aluno de ciências sociais, lanço-me ao desafio interdisciplinar de trabalhar com fontes históricas para discorrer sobre alguns aspectos da modernização da cidade do Rio de Janeiro, somando à análise a fonte primária do Almanak Laemmert, um dos mais antigos e de maior circulação no país à época, com as teorias advindas da

¹ Graduado em Ciências Sociais pela UFRJ/IFCS. Email: vinicius.volcof@gmail.com

sociologia brasileira sobre modernização, mais notadamente através do trabalho do sociólogo Luis de Aguiar Costa Pinto (1920-2002).

Essa pesquisa, incentivada pelo Programa Nacional de Amparo à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional (PNAP-BN), representa uma continuação dos trabalhos iniciados enquanto aluno de bacharelado do curso de ciências sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), onde pude investigar aspectos ambientais e sociais das reformas urbanas do Rio de Janeiro durante a chamada Primeira República (1889-1930), especificamente entre os anos de 1902 a 1906, de administração do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Francisco Pereira Passos.

O presente artigo apresenta as principais conclusões de minhas investigações ao longo desse ano, bem como a um maior detalhamento da apresentação realizada na II Jornada de Pesquisadores da Fundação Biblioteca Nacional, realizada entre os dias 13 e 15 de julho de 2016, desenvolvida como pesquisador-júnior da Fundação Biblioteca Nacional entre outubro de 2015 e outubro de 2016.

Sendo assim, inicio apresentando a metodologia norteadora dessa pesquisa, que contemplou a descoberta do Almanak enquanto fonte histórica relevante para o tema e a investigações dos aspectos básicos de sua importância enquanto periódico na época. Posteriormente, o recorte temporal que cabia ao período analisado, contextualizando brevemente o período republicano no Rio de Janeiro no início do século XX. Na sequência, discorro sobre o texto e o contexto do Almanak, enquanto empreendimento comercial de dois estrangeiros radicados no Brasil.

Com isso, chegaremos na análise do material coligido, a fim de demonstrar características desse processo modernizante da capital federal, em consonância com padrões de civilização advindos da Europa. Isso se dará pela descrição de alguns dos anúncios presentes nas páginas do periódico, analisando seu texto e construção estética, atrelando-os à bibliografia que nos ajuda a entender alguns dos aspectos conjunturais daqueles anos. Por fim, conectamos o material histórico com a teoria de modernização construída pela teorização sociológica desenvolvida por Luis da Costa Pinto.

Desse modo, retomamos a importante reflexão sobre o primeiro período republicano brasileiro e as transformações pelas quais passou a capital federal em suas dimensões política, econômica e social. Cruzando a análise histórica com fontes primárias à teoria sociológica advinda do Brasil, objetivamos construir novos olhares sobre um período de mudança política na história brasileira, de fins da monarquia e

início da República, bem como intensas rupturas sociais, caracterizado pelo historiador José Murilo de Carvalho (1987) como, “sem dúvida, a fase mais turbulenta da história do Rio de Janeiro” (p. 15).

2. METODOLOGIA

De início, apresento o processo que me levou a “descobrir” o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, usado nesse trabalho como fonte central da análise, aproximando-me do estudo interdisciplinar que intentava realizar.

A Hemeroteca Digital é um portal desenvolvido pela Biblioteca Nacional que oferece para consulta um grande número de periódicos nacionais e estrangeiros. Por meio dele, inúmeras pesquisas vêm sendo realizadas, mantendo a preservação material dos documentos. Como orientando PNAP-BN da professora doutora Marcia Ermelindo Taborda, também contemplada pelo programa, auxiliei em sua pesquisa “*O violão no Rio oitocentista: um instrumento na corte imperial*” realizando levantamentos em periódicos que circularam durante o período colonial brasileiro, especialmente na época joanina (1808-1821). Durante essas investigações, entrei em contato com o acervo do Almanak Laemmert, disponível quase integralmente na ferramenta da Hemeroteca Digital, por meio do qual descobri a viabilidade de meus objetivos de pesquisa, dada a durabilidade e circulação do periódico naquele período.

No acervo da Hemeroteca Digital, o Almanak Laemmert tem suas edições anuais disponíveis desde o ano de 1844 até 1949. A fim de investigar os processos de transformação da capital federal à época da Primeira República, foram selecionadas cinco edições, entre os anos de 1902 e 1906, que correspondem aos anos de gestão do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos.

Esse recorte me permite dar continuidade às investigações iniciadas enquanto graduando de ciências sociais na UFRJ, sobre as reformas urbanas na capital federal conhecidas a “Era Pereira Passos”, ou “Bota-Abaixo”, como tratada por trabalhos científicos, como o de Sidney Chalhoub (2001), ou literários, como a crônica de José Vieira (1904).

As cinco edições selecionadas somam 9.861 páginas digitalizadas, salientando a ausência de algumas páginas que, se não representam grande prejuízo para o objetivo da presente pesquisa, justifica-se também pela dificuldade de manutenção de um material impresso há mais de cem anos.

Diante das inúmeras seções que compõem o almanaque, cuja quantidade média de páginas por edição é em torno de mil e quinhentas, dificultando qualquer análise objetiva sobre um fato específico, foram recortadas suas seções publicitárias e comerciais, chamadas à época de “*Annuncios*” e “*Notabilidades Especiaes*”.

Somando 592 páginas analisadas, esses espaços apresentavam as publicidades pagas do periódico e justifica-se por seu valor textual e estético. Já as propagandas descritas aqui foram selecionadas por sua recorrência e relevância. Por meio delas, é possível observar um movimento marcante no período de entrada comercial estrangeira no país e de outras ofertas relacionadas à conjuntura de transformações modernizantes pelas quais passava a cidade.

Para fins de análise, as publicidades aqui descritas foram divididas em quatro blocos: Bancos, Representantes Comerciais, Serviços e Produtos. Elas correspondem a algumas das variedades mais frequentes nas páginas do periódico e nos permite observar um mesmo movimento de entrada comercial estrangeira no país por meio de vários setores. Valoriza-se, com isso, o rico material disponível pela Hemeroteca Digital, de modo a também dispor de um seleção válida à análise aqui proposta. Por fim, como fio condutor da presente proposta, fomos guiados pela pergunta de “se” e “como” a intensa conjuntura de transformações dos anos de 1902 e 1906 poderia ser observada nas páginas de um documento histórico como o Laemmert,

Em nível teórico, vali-me da extensa bibliografia historiográfica produzida sobre o tema, a maioria das quais serão citadas no presente artigo, ainda que de forma restrita, valorizando também o esforço por reflexões próprias e novidades na forma como abordamos o tema, por meio da ponte estabelecida com a teoria sociológica.

Dessas grandes obras escritas sobre o tema, apresentando reflexões teóricas, científicas ou literárias, somadas elas nos apresentam um panorama bastante claro de um período *sui generis* da história política do país, com suas repercussões econômicas e sociais. Uma das mais conhecidas delas, “Trabalho, Lar e Botequim” (CHALHOUB, op. cit.), personaliza a discussão histórica daquele período, a medida que enfoca a classe trabalhadora em suas atividades cotidianas, especialmente em seu processo de formação, no deslocar-se de uma classe egressa da escravidão a uma classe capitalista que somou também um amplo influxo de imigrantes no Brasil. Também trabalhando com fontes primárias e dando nome a indivíduos até então agregados simplesmente como “o povo”, o autor constrói uma proposta do que se convencionou chamar de “história vista de baixo”.

Já Edgard Carone, uma das referências mais citadas neste artigo, apresenta em seus dois volumes de “A República Velha: Corpo e Alma do Brasil” (1970), índices econômicos do país, ligados ao desenvolvimento de nosso regimento republicano e das decisões que saíam de nossos líderes. Ultrapassa, assim, um período de muitos governos, dos quais aqui serão mais citados suas considerações acerca do mandato do presidente Rodrigues Alves. Cruzando os dados que coligiu com a conjuntura de transformações políticas e ideológicas de um período em que o país deslocava-se da ordem monárquica à republicana, Carone desenha mais claramente o movimento de expansão capitalista do país tal qual ele se dera naqueles anos.

Assim, somando a esse cabedal teórico as reflexões sobre modernização da teoria de Luis da Costa Pinto, tal como propomos nesse artigo, conseguimos observar algumas características desse processo modernizador e entender como se deram suas consequências.

3. CONTEXTO HISTÓRICO

Ainda que o período da Primeira República (1889-1930) seja um dos mais trabalhados pela historiografia brasileira, profícuo em escritos que valorizam suas dimensões políticas e sociais ao longo dos anos, como nas já citadas obras de Chalhoub e Carone, mas também de Benchimol (1982), Sevcenko (1983), Carvalho (1987) et al, uma breve contextualização histórica do período recortado se faz necessária. Foram privilegiadas informações conjunturais, bem como dados econômicos que, posteriormente, serão associados a informações de entrada de capital estrangeiro no país, visível nas páginas do Almanak. Para tanto, as duas principais referências teóricas foram “A Invenção Republicana” (1988), de Renato Lessa, e “República Velha, volumes I e II” (1970), de Edgard Carone. -

Tendo assumido a Presidência da República em 15 de novembro de 1902 e governado até a mesma data no ano de 1906, o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919) representou uma continuidade à pactuação republicana montada por seu antecessor, o presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, que governara entre 1898 e 1902. Ao mesmo tempo, porém, a infraestrutura, o desenvolvimento e a estratificação social brasileiras mantinham certas características do período colonial, resilientes a mudanças de nível político-estrutural.

Seu mandato presidencial pode ser localizado num período posterior ao Encilhamento, política de crédito conduzida pelo então ministro Rui Barbosa durante o

mandato do presidente Deodoro da Fonseca (1889-1891) e que causou instabilidades econômicas internas. Também se dera em época anterior ao estopim da I Guerra Mundial, em 1914, desestabilizador das economias europeias e modificador de grande parte da configuração geopolítica ocidental. Dessa forma, como continuidade das políticas de Campos Salles, Rodrigues Alves inicialmente deu prosseguimento às metas do antigo governo de estabilidade cambial e desenvolvimento.

O contexto social, porém, apresentava um cenário de crescente concentração urbana, marcado tanto pelos egressos da escravidão, quanto pela crescente chegada de imigrantes. Agudizado os desafios, estavam os problemas de saúde pública, de surtos de febre amarela e varíola, ainda mais críticos nas ruas da capital. Em “Reforma urbana e revolta da vacina no Rio de Janeiro” (2003), Jaime Benchimol apresentou uma descrição desse período, com seus impactos à sociedade carioca, especialmente aos mais pobres, e o desenvolvimento das noções de saúde pública, ligadas, no período, às teorias miasmáticas e racialistas.

O aspecto civilizatório que marcou esses anos esteve relacionado a uma mentalidade de progresso notadamente advinda da Europa que tem, em última medida, influência da filosofia de Augusto Comte. Dessa forma, visava-se transformar o Rio de Janeiro “de cabeça decadente do Império a cabeça urbana do país” (BENCHIMOL, op. cit, p. 34). Para tanto, foram tomadas mudanças diante das políticas de austeridade da antiga gestão, ampliando os gastos públicos e abrindo as praças nacionais ao capital estrangeiro de forma ainda mais intensa de um sistema que “o Império já abusou (...), e a República seguiu na mesma tradição” (CARONE, op.cit, p. 133).

Ainda mais marcante foi a nomeação, por decreto, do engenheiro Francisco Pereira Passos (1836-1906) à prefeitura do Rio de Janeiro. Testemunha das reformas urbanas de Paris no século XIX e exigindo autonomia em sua gestão, ele tornou-se responsável pela condução do projeto de reforma urbana (BENCHIMOL, 1982).

Financiando tal projeto, esteve o incentivo a entrada de capital estrangeiro no país, justificado como solução aos entraves e deficiências de um mercado interno de lenta expansão. Dentre as medidas, esteve o empréstimo oficial tomado pelo governo à família Rothschild, da Inglaterra, que tornou-se o maior credor nacional naquele período (CARONE, p. 130). Dessa forma, o capital bancário tornou-se “intermediário entre o Brasil e as praças comerciais estrangeiras” (*idem*).

Alguns dados coligidos pelo levantamento de Carone apontam o resultado do projeto de expansão industrial e comercial desses anos: enquanto em 1889

encontravam-se 629 estabelecimentos industriais no país, no ano de 1907 o Brasil já contava com 3.120 dessas indústrias. Além disso, entre 1889 e 1910, computou-se a entrada de mais de 160 novas firmas estrangeiras. Segundo o mesmo autor, porém, a diversificação de nossa produção industrial manteve muitos dos entraves coloniais: “Este crescimento não leva a mudanças da estrutura industrial herdada do Império: ela continua a ser preferencialmente de consumo, com a participação insignificante de uma indústria de base” (p. 74) – e só começaria a se operar depois da década de 20.

Ao anos que nos cabe aqui, entende-se que o contexto de expansão do capital estrangeiro do Brasil esteve associado ao aumento do fluxo migratório, sendo observado, nesses anos, um domínio das empresas inglesas, francesas e alemãs nos mais diversos setores. Junto a eles, surgiam demandas por melhores condições de vida, bem como a possibilidade de surgimento de nossos setores que absorvessem essa mão-de-obra.

4. AS “FOLHINHAS LAEMMERT”

A pedagoga Margareth Park (1999) classifica o século XIX como um período de ebulição do que chamou de “cultura do almanaque do Brasil” (p. 8). De fato, as fontes indicam que esses periódicos, destacando o Laemmert como o mais longo e de maior circulação no país, serviam como um “catálogo de costumes e valores” (Limeira, 2007) do período, oferecendo informações úteis sobre o Brasil a leitores nacionais e estrangeiros, bem como divulgando produtos e serviços.

As principais fontes de informação sobre a origem e o contexto das publicações Laemmert advém dos trabalhos de Aline Limeira (2007, 2010) e Ana Laura Donegá (2011, 2012), ainda que por vezes as fontes se equivoquem quanto as datas, desconsiderando mudanças de nome, estrutura e proprietários pelo qual o Almanak passou.

A primeira publicação do periódico data de 1844, realizada pela Typographia Universal na rua da Quitanda, número 77, centro do Rio de Janeiro. A editoração era de responsabilidade dos irmãos Henrich e Edward Laemmert, fundada num período de avanços técnicos dos instrumentos de publicação no país e atendendo a demanda crescente por informação e consumo de itens desse tipo por parte dos cidadãos. Naturais de Rosenberg, no Grão Ducado de Baden (atual Alemanha), os irmãos aprenderam o ofício na França. Chegando no Brasil em 1827, Edward Laemmert adentra no setor com

a fundação da Livraria Universal, sendo seguido por seu irmão alguns anos depois, com o qual fundou a Typographia Universal.

O negócio operava num setor em ampla expansão no Rio de Janeiro, considerado “lugar que tornou-se ponto de partida do mercado editorial” (Limeira, 2007:20), disputando mercado com outras firmas lideradas por estrangeiros, especialmente os franceses. Mesmo assim, déficits estruturais do país, como o desemprego e analfabetismo, poderiam ter sido empecilhos a continuidade de tal empreitada. Contrariando essa suposição, Limeira (op. cit) nos mostra como a publicação dos irmãos provou “o quanto uma publicação resiste a mudanças de regime político – do Império à República – e de administração. Mais do que isso: como o mercado editorial era lucrativo mesmo quando a maioria da população era analfabeta” (p. 3).

Assim, os irmãos Henirich e Edward Laemmert podem ser vistos como egressos de um período de intensificação do fluxo migratório no país, destacando-se pela popularização e relevância de suas famosas “folhinhas” (como eram conhecidas).

Ao longo dos anos, a publicação passou por uma significativa expansão e modificações. Seu preço de venda, por exemplo, ampliou-se muito ao longo dos anos de circulação, à mesma medida em que subiam os preços de seus anúncios, que chegou a custar 320 réis por linha, ou até 15 mil réis por um anúncio (Limeira, *id ibidem*). Também ampliando a quantidade de dados e informações impressas, não se restringindo a publicação apenas do Almanak, a Typographia Universal contabilizou, em seus anos de existência, mais de 1.440 publicações saídas de sua gráfica, além de mais de 400 traduções e outros marcos importantes, como o pioneirismo na publicação de livros infantis no país.

Acerca da conexão entre esse empreendimento e o contexto da época, sintetiza Limeira (2007): “O desenvolvimento editorial carioca, principalmente nos últimos anos do século XIX, andou de forma próxima às mudanças mais gerais ocorridas na sociedade, de cunho político, econômico e cultural” (p. 20)

5. CONTEÚDO

O já citado trabalho do historiador brasileiro Edgard Carone (1970) aponta que o processo de “acumulação [econômica] pelos estrangeiros [chegados no Brasil] se processou mais diretamente no comércio e na indústria” (p. 71). Desta forma, a entrada dos irmãos Laemmert no setor editorial carioca em meados do século XIX revela um

movimento que se manifestava também em outras áreas. Curiosamente, as próprias páginas de sua mais notável publicação, o Almanak Laemmert, demonstram esse processo.

Em minhas pesquisas, notou-se a premência de anúncios tanto em idiomas, quanto de firmas estrangeiras, sobretudo alemãs, francesas, espanholas, italianas, inglesas e portuguesas. Enquanto as primeiras relevam a entrada de capitais de outros destinos no país, as duas últimas mostram permanências do período colonial e do domínio econômico monopolista da Inglaterra no país. Com isso, temos no periódico fonte explícita dos aspectos de uma “política material e de modernização do Brasil” (idem, p. 197) que se operava à época.

Os estudos de Limeira (2007), também já supracitados, destacam que não apenas na dimensão textual temos no Laemmert um importante documento, mas também nos signos apresentados em suas páginas, revelando a estética publicitária da época e suas transformações ao longo do tempo. O artigo “Fontes toscanas no Almanak Laemmert” (2015), de Ana Luisa Figueredo, Edna Lima e Carlos Cidrini apresenta uma análise tipográfica das modificações pelas quais passara o periódico, permitindo-nos complexificar o olhar sobre este documento, inserindo também sua dimensão estética. Para estas autoras, o estilo tipográfico apresenta uma espécie de “espírito do tempo” em que determinado produto está inserido. Seu trabalho aponta que, no caso do Almanak, “a escolha tipográfica dos anúncios valorizava os tipos fantasia que pretendiam obter destaque visual para o anúncio impresso” (p. 1635). Paulatinamente ela seria substituída pelo estilo toscano, caracterizado por seus “desenhos intrincados, marcado pelo acúmulo de adorno” (idem). Numa fase em que os logotipos ainda eram extremamente raros, a escolha das fontes como chamador de atenção aos anúncios não apresenta apenas uma estratégia comercial do periódico, como também algo do estilo de uma época.

Delso Renault (1984), que também utilizou-se desse enfoque de pesquisa, destaca que a riqueza dos anúncios desse tipo, presentes também em outros periódicos da época, residem em serem “uma interessante fonte de informações sobre os hábitos e práticas sociais do Rio de Janeiro”, construindo o que chama de uma espécie de “radiografia carioca”.

Hábitos e usanças estrangeiras, na forma de expressões ou representações imagéticas, também eram valorizados, sendo associadas ao moderno e civilizado que cativava as ideologias da época. Justamente por isso, decidimos manter aqui a fidelidade

das transcrições das palavras apresentadas, seja para simbolizar produtos, empresas ou os locais em que elas se situam, mesmo que muitas vezes a grafia de tais palavras já não se adequem mais às regras ortográficas de nosso país.

Desta forma, na sequência apresentamos os principais aspectos de análise das seções sistematizadas nesta pesquisa e conforme apresentada na II Jornada de Pesquisadores da Fundação Biblioteca Nacional. Iniciamos com a apresentação das manifestações de anúncios dos bancos expostos nas páginas do Almanak. Como dito, esses anúncios foram coligidos nas seções de *Annuncios* e *Notabilidades Especiaes* da publicação, espaço reservado às publicidades pagas, escolhidos por sua recorrência e relevância.

5.1. BANCOS

Apresento a seção de bancos anunciados nas páginas no Almanak, seguindo o processo de entrada de capital estrangeiro no país e da ponte que eles ofereciam entre as praças nacionais e estrangeiras, bem como credores nas transformações ocorridas na capital federal daqueles anos.

Edgard Carone nos indica que o capital estrangeiro bancário no país vinha se expandido desde 1862 (p.130), justamente servindo como ponte entre as praças internacionais e o Brasil. Com isso, torna-se ainda mais interessante observar aqui a presença de permanências da ordem antiga de herança colonial e início de novas influências econômicas por meio dos agentes financeiros.

Assim, vemos a presença da *Agencia Financeira de Portugal* (HEMEROTECA DIGITAL, 1902:674) e do *The British Bank of South America Ltda.* (1906:340), de capital inglês. Ambos representam permanências do domínio colonial português e, posteriormente, monopolista inglês no país, especialmente em sua fase pré-republicana. A novidade é a presença das fábricas de capital alemão, como a *Faberfabriken vorm. Friedr. Bayer & Co.* (1902:674), com sede em Elberfeld, Alemanha, com capital quantificado em vinte milhões de marcos, que muda as pontes de influência econômicas que começavam a se conectar com o Brasil naqueles anos.

5.2. REPRESENTANTES COMERCIAIS

Os representantes comerciais merecem posição de destaque nessa seleção, pois representam um movimento de contato entre praças comerciais brasileiras e estrangeiras, com a intensificação das exportações no Brasil. Elas apresentavam suas

dotações de valores em moeda nacional e estrangeira e disputavam pelo posto de únicas representantes comerciais de algumas firmas ou produtos. São as mais recorrentes de nossos levantamentos, sendo vistas em todas as edições analisadas.

Desta forma, destacam-se a *Victor Uslaender & C. Importadores e Exportadores* (1902:430), sobre o título de “Engenheiros machinistas, industriaes e de minas”. Localizados na rua General Câmara, número 33, centro do Rio de Janeiro, essa peça publicitária valoriza o monopólio da representação da *Union. A. G.*, usina de Aço Fundido de Dortmund, Alemanha. Da mesma forma, a mesma *Victor Uslaender & C.* surge, em 1904 (p. 701), como única representante da *Butterworth & Dickinson*, “afamados fabricantes de maquinismo para Fabricas de Tecelagem”.

Por fim, cabe a curiosidade do anúncio da publicação *O Guia dos Exportadores* (1905:2416), trazidos pelos americanos da P. O’Grady & Son., sediados em Nova York, prometendo “*bring immediate cash business*” (“trazer imediato retorno econômicos”, em tradução própria).

5.3. SERVIÇOS

Os serviços apresentam uma profusão de temas, dos quais destaco a oferta de traslado marítimo nacional e internacional, sobretudo, das companhias estrangeiras. Entre os anúncios, vemos na edição de 1902 (p.747) do Almanak, a *Amazon Steam Navigation Company*, com sede situada em Londres. Na mesma edição (p. 701), a *Navigazione Italiana*, com sede em Gênova, Itália, oferecendo a *La Ligure Brasiliana*, com duas linhas de navegação e representação comercial no Brasil pela *A. Fiorita & Co.* A maior diversidade nesta seção pode ser vista em propagandas de alguns estabelecimentos comerciais, como a *Cesare, Sampaio & Rogelio* (1906:926), também italiana, que recomendava seus estabelecimentos no centro da cidade: o *Restaurante Madrid*, localizado na rua Gonçalves Dias, 67; e a *Rotisserie Central*, no Largo São Francisco de Paula, 22.

Nota-se uma profusão de termos estrangeiros nesses anúncios. No caso das companhias marítimas, também vemos dados de seus valores na moeda de seus países de origem. Nos anúncios de *Cesare, Smapaio & Rogelio*, o destaque são as ofertas de pratos: um frango assado é oferecido tanto em inglês, “*roast-pullet*”, quando em francês, “*poulets-rôtis*”.

5.4. PRODUTOS

A seleção de produtos encontrados nos almanaques seguem a mesma linha. Ainda que possamos ver o progressivo aumento de anúncios nacionais nas páginas do Laemmert, o predomínio ainda são de produtos, sobretudo maquinários, vindos do exterior. Nota-se que o predomínio desse maquinário industrial nas propagandas pode ser correlacionado ao incentivo de expansão industrial, via capital estrangeiro, pelo qual passou o país.

Assim, vemos anúncios como o da *Machina Victoria*, sob a informação de “premiada com a medalha de ouro na exposição de Pariz de 1900” (1904:7). Novidades tecnológicas também são encontradas, como o *Stereographo*, “aparelho que representa photographias em relevo” (1903: 648), disposta sob o título de “Alta novidade do século XX!”. Por fim, também destaca-se o anúncio de Emanuele Cresta, na edição de 1902 (p.670), do *Ciment Portland*, trazido pela francesa *Société des Ciments Français de Boulogne-Sur-de-Mer*, diante da conjuntura das reformas conduzidas na cidade pela administração pública.

6. TEORIA DA MODERNIZAÇÃO

Dotados de exemplos suficientes sobre o processo de entrada de capital estrangeiro no país manifesto nas propagandas do Almanak Laemmert, entre 1902 e 1906, anos de transformação da capital federal.

A bibliografia clássica sobre o período, como Sidney Chalhoub (2001) e Nicolau Sevcenko (1984), mostra o espectro civilizatório que motivou esses anos de transformações na capital federal. Certamente não apenas para sanar os miasmas que adoentavam a população, o projeto levado a cabo pelo prefeito Francisco Pereira Passos visava colocar a capital da nova República no mapa da economia mundial.

Dessa forma, trazemos a esse contexto as teorias da modernização advindas da produção sociológica do professor Luis de Aguiar da Costa Pinto (1920-2002), eminente estudioso da sociologia rural brasileira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Evitando anacronismos, deixo claro que o esforço interdisciplinar aqui proposto visa operacionalizar conceitos e não situar o pensamento e a produção de Costa Pinto, datada da década de 60, com os episódios ocorridos nos primeiros anos do século XX. Assim, instrumentaliza-se seus conceitos de modernização enquanto processo exógeno meramente a fim de ver seu caráter insuficiente para promover mudanças estruturais que superassem as características de desigualdade e atraso presentes no país desde sua fundação.

Com as obras *Sociologia e Desenvolvimento* (1963) e *Teoria do Desenvolvimento* (1967), temos exposta sua classificação diferenciada entre processos de *modernização* e de *desenvolvimento* (apresentados em itálico para destacar a diferenciação). Como correlação, ambas são tentativas de superar o passado colonial de países marcados pela dependência econômica. Esses países, como Brasil usado de exemplo, teriam características centrais em comum, como uma base econômica exportadora, a dependência da monocultura e uma massa trabalhadora empregada no mercado informação.

6.1 MODERNIZAÇÃO

As diferenças, contudo, é a marca da *modernização* a presença e influência estrangeira em seu desenrolar. Seria, portanto, um processo que se daria “de fora para dentro”, introjetando na sociedade nacional um processo conduzido pela ação de agentes externos. Da descrição do autor, seriam “processos que consistem na adoção, por uma sociedade em mudança, de padrões de consumo, de comportamento, instituições, valores e ideias característicos das sociedades mais avançadas” (1967:193).

Justamente por isso, a *modernização* também teria a possibilidade de gerar um “efeito-demonstração” nas sociedades “menos avançadas”, apresentando novas formas de vida e organização social. Peremptoriamente, o autor aponta que “modernização não é desenvolvimento” (p. 197), justamente pela dicotomia entre elites e massas e a incapacidade das classes médias ascenderem com “clientela”, para dar prosseguimento a esse processo.

6.2. DESENVOLVIMENTO

Em contrapartida, o *desenvolvimento* se daria “de dentro para fora”, conduzido por maior agência governamental, menos dependente de iniciativas estrangeiras ou individuais e, por isso, segundo o autor, mais harmônico e eficiente a mudanças estruturais.

Como consequência, os projetos de *modernização* trariam uma maior desagregação da coesão social, intensificando as desigualdades à medida que parcelas se modernizariam em detrimento de outras, que podem ter suas condições de vida prejudicadas. Além do forte tom evolucionista, a *modernização* seria inclusive marcada pela característica de conservar a “marginalidade estrutural” de classes e grupos.

Assim, com a teoria de Costa Pinto temos uma inovação na abordagem interdisciplinar, à medida que trabalhos sobre esse período em questão advindos da historiografia geralmente destacam suas dimensões de turbulências políticas e sociais. Nesses trabalhos, a modernização civilizadora aparece como solução pensada pela administração pública para o apaziguamento e estabilidade social. Somando a essa vasta produção, as teorias sociológicas de Costa Pinto nos faz perceber uma nova faceta desse processo, em que, seja por ter priorizado a modernização ou pelas limitações em promover um desenvolvimento harmonioso, tal projeto causou ainda mais distensões sociais naquele período e nos anos seguintes.

7. CONCLUSÃO

O presente artigo apresenta as principais observações realizadas enquanto bolsista PNAP-BN, entre outubro de 2015 e outubro de 2016. Visando um esforço interdisciplinar de unir a investigação historiográfica de fontes primárias com a teoria sociológica da modernização a partir do trabalho de Costa Pinto, busquei apresentar uma nova vertente possível de análise sobre os episódios da reforma urbana do Rio de Janeiro entre os anos de 1902 e 1906. Com isso, valorizamos o material preservado e disponível na ferramenta Hemeroteca Digital Brasileira, da mesma forma que retomamos as discussões de uma período relevante à história da cidade do Rio de Janeiro.

Privilegiando o levantamento empírico, apresentamos alguns exemplos do material encontrado nas páginas do Almanak Laemmert, um dos mais antigos, longevos e de maior circulação nacional naqueles anos. Com isso, pudemos oferecer a base de dados que nos permitiu traçar correlações com a teoria da modernização fornecida pelos trabalhos da sociologia brasileira.

Utilizando-se principalmente de informações econômicas e políticas, focamos um aspecto tangencial das abordagens historiográfica do período, que enfocaram, principalmente, as mudanças sociais, trazemos uma nova possibilidade de reflexão de conclusão.

Entendemos que certas características daquele processo de modernização não resolveram algumas das insuficiências estruturais da República nascente, tão pouco sanou desigualdades históricas, meramente focando em reproduzir um ideal civilizatório originária da Europa e importada pelo Brasil.

REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, um haussmann tropical: as transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Tese de mestrado: UFRJ, 1982.

_____. *Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro*. In: Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neve. (Org.). *Brasil republicano. Economia e sociedade, poder e política, cultura e representações*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. vol 1, p. 231-286, 2003.

CARONE, Edgard. *A República Velha. Corpo e alma do Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1987].

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

DONEGÁ, Ana Luísa. *Correio das Modas (1838-1839) e Novo Correio de Modas (1852-1854): a prosa ficcional entre as publicações dos Laemmert*. Anais do SETA (UNICAMP), v. 5, p. 64-72, 2011.

_____. *Folhinhas e Almanaque Laemmert: pequenos formatos e altas tiragens nas publicações da Tipografia Universal*. Anais do SETA (UNICAMP), v. 6, p. 16-28, 2012.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital: arquivos de Almanak Laemmert – 1900-1908.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, editora Revista dos Tribunais. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LIMA, E. L. C., FIGUEREDO, A. L., CIDRINI, A.C. Fontes toscanas no Almanak Laemmert do Rio de Janeiro durante o século XIX. In: C. G. Spinillo; L. M. Fadel; V. T. Souto; T. B. P. Silva & R. J. Camara (Eds). Anais[Oral] do 7º Congresso Internacional de Design, 2007.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmert (1844/1859)*. [s/l], 2007.

_____. *Almanaque de primeira. Em meio à ferrenha concorrência editorial do século XIX, o Almanak Laemmert se destacou pela variedade de informações*. Revista de História (Rio de Janeiro), p. 80 - 83, 05 set. 2010.

PARK, Margareth Brandini. *Histórias de almanaques no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

VIEIRA, José. *O Bota-Abaixo. Chronica de 1904*. Rio de Janeiro: Selma editora, [s/d].

RENAULT, Delso. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.